

além de um meio de comunicação privilegiado com o sobrenatural; a pintura remete ao "mundo dos outros", a realização de transformações no corpo pela pintura corporal visando a modificar a distância entre o homem e demais habitantes do cosmos.

Consta ainda do livro uma sessão de textos sobre *Mitologia: verdades fundamentais e expressões gráficas*, na qual se inserem dois artigos. O de Lúcia van Velthen sobre os Wayana trata da obtenção tecnológica da pintura corporal, apresentada pelos próprios Wayana através de narrativas míticas, mas realiza também uma análise da pintura que, tornando objetos inacabados em acabados e realizando a socialização do corpo, é "recurso visual que propicia especificidade e identidade ao universo indígena". A análise de Berta Ribeiro a respeito dos Desâna segue outros rumos, já que é um estudo de ilustração feita por dois índios Desâna, do mito de criação a que a autora chama de uma "transposição de texto oral para narrativa gráfica". O resultado final são desenhos figurativos, e sobre eles versará seu artigo.

Há ainda a análise arqueológica de Anne-Marie Pessis e Niede Guidon a respeito de *Pinturas rupestres*, elaboradas segundo uma perspectiva muito próxima da adotada nos demais capítulos. Assim, os registros rupestres são analisados considerando-se as diferenças no plano gráfico como reveladoras de diferenças sociais.

Há, por fim (e não por isso menos interessante), o artigo de Jean Langdon sobre *Alucinógenos: fonte de inspiração artística*, tema do qual também trata Ribeiro neste mesmo volume. Lê-se aqui sobre a experiência xamanística Siona que leva ao aperfeiçoamento da produção artística e seu compromisso com a realização do belo.

É um livro, portanto, que, ao reunir o registro da iconografia de uma grande variedade de populações indígenas, apresenta também trabalhos atentos às preocupações teóricas recentes da antropologia, constituindo obra de grande importância. Acompanhando de perto a preocupação da arte com o belo, o volume é extremamente atual. Numa época em que a antropologia revê as antigas definições de sociedades indígenas, este livro vem mostrar que a produção estética indígena, sendo sistema de comunicação visual, é também grafia, "grafismo indígena".

Clarice Cohn
(Mestranda do Departamento de Antropologia - USP)

* * *

Ginzburg, Carlo, *História noturna – decifrando o Sabá*. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

Talvez nem fosse necessária uma resenha para convidar à leitura deste livro. Bastaria ler o primeiro parágrafo do mesmo para sentir uma forte atração, diante da qual é impossível recuar. Assim começa esta História noturna: "Bruxas e feiticeiros reuniam-se à noite, geralmente em lugares

solitários no campo ou na montanha. Às vezes, chegavam voando, depois de ter untado o corpo com unguentos, montando bastões ou cabos de vassouras; em outras ocasiões, apareciam em garupas de animais ou então transformados ele próprios em bichos. Os que vinham pela primeira vez deviam renunciar à fé cristã, profanar os sacramentos e render homenagens ao diabo, presente sob a forma humana ou (mais frequentemente) como animal ou semi-animal. Seguiam-se banquetes, danças, orgias sexuais. Antes de voltar para casa, bruxas e feiticeiros recebiam unguentos maléficos, produzidos com gordura de criança e outros ingredientes". O que Ginzburg pretende indicar é onde, quando, como e por que surge este estereótipo do Sabá.

A primeira parte do livro é dedicada à localização, no espaço e no tempo, da construção e cristalização deste estereótipo. Segundo o autor, isto ocorreu nos Alpes Ocidentais por volta do século XIV, fruto da superposição de duas culturas em conflito: a folclórica (do povo) e a erudita (dos inquisidores). É aqui que está a inovação de Ginzburg: ele busca explicar o Sabá partindo mais da crença dos perseguidores do que da ideologia dos perseguidores. O autor tem consciência de que é extremamente difícil ter acesso ao que os inquiridos pensavam, porque a maioria dos documentos foi escrita pelos inquisidores. Em certos detalhes aparentemente desconexos e sem sentido, destes mesmos documentos, porém, Ginzburg vê uma fonte possivelmente fiel do pensamento dos então chamados bruxos. É atento a estas sutilezas que o autor faz suas reflexões, não deixando entretanto de analisar processos inquisitoriais e tratados de demonologia.

O objeto, então, determina o método: para lidar com o "olhar do outro" não basta o arsenal histórico, é preciso também dialogar com a Antropologia.

Ginzburg vê três fases do processo de construção e cristalização do Sabá. Em 1321, judeus são acusados de subornarem leprosos para que estes transmitam a toda comunidade sua doença; em 1348 acredita-se que judeus são os responsáveis pela transmissão da Peste, através do envenenamento dos poços de água das cidades, e, no fim do século, os grandes culpados dos males no mundo passam a ser os bruxos.

Do ponto de vista histórico, o autor mostra que, devido aos judeus deterem o monopólio do crédito e aos leprosários serem riquíssimos, era interessante àqueles que dominavam a sociedade da época acusarem estes grupos de algum crime, "provarem" sua culpa e assim apropriarem-se de seus bens.

Mas Ginzburg não pára aí: recorre à Antropologia para explicar a essência desta idéia de complô contra a sociedade. A tese é de que todos estes grupos (leprosos, judeus e bruxos) têm uma posição ambígua e marginal em relação à sociedade cristã: os primeiros, por sua própria doença; os segundos, por serem infiéis; os terceiros, pela heresia em si mesma. Neste trajeto, aliás, vale ressaltar que o limite de quem é o inimigo vai cada vez se alargando mais. Os leprosos são reconhecidos pela doença, os judeus os são pela fé, mas... e os bruxos? Dentro desta categoria cabe qualquer um! Enfim, alarga-se a definição daquele que deve ser punido porque o crime também se agrava: no limite, tem-se o "inimigo nº 1", "o marginal dos marginais": o diabo! E este medo do inexplicável é o substrato ideal para a Teoria do Complô que, afinal de contas, é uma forma de explicação que satisfaz à necessidade humana de tudo classificar.

Definindo assim o onde e o quando, o que Ginzburg fará, na segunda e terceira partes do livro, será lidar com o como e o porquê. O grande desafio é explicar a recorrência de certos elementos deste

estereótipo do Sabá em locais e épocas absolutamente distintos. O autor percorre o conto de Cinderela, o mito de Édipo, a história do Rei Arthur, o relato de um lobisomen da Livônia, o mito de Diana, ritos samânicos... enfim, diante da heterogeneidade espacial e cronológica, encontra a homogeneidade morfológica: *a viagem dos vivos no mundo dos mortos!* Este é o núcleo do Sabá, mas como explica-se sua recorrência?

Esta resposta Ginzburg não dá tão rapidamente e eu também não vou fazê-lo porque é exatamente a curiosidade sobre o desfecho que garante o prazer da leitura. Basta indicar entretanto que o livro não traz uma solução monolítica. Ao contrário, busca harmonizar contribuições históricas e antropológicas: trabalha tanto com as teses de difusão e origem comum, bem como com estruturas e séries morfológicas. Isso é exatamente instigante para o leitor-antropólogo, que verá não só como a Antropologia ajuda a História a descobrir o significado profundo dos fatos, como também a História mostra quais destes nexos mentais essenciais, descobertos pela Antropologia, são reais e quais são apenas virtuais. O diálogo com Lévi-Strauss é aqui um dos eixos centrais da obra.

No decorrer do livro lêem-se, pelas palavras de Ginzburg, alguns conceitos-chaves elaborados por correntes variadas da Antropologia, ampliando-se o diálogo entre as duas disciplinas. A questão da liminaridade, colocada por Van Gennep e Victor Turner, é sempre recolocada ao explicarem-se as causas da perseguição aos leprosos, judeus e bruxos. Também na punição a estes grupos está implícita a idéia de Mary Douglas da necessidade da sociedade de purificar-se, quando se depara com uma ameaça a sua organização. Mas é num capítulo dedicado a reflexões sobre mito e rito que o modo de pensar antropológico é mais evidente. Ginzburg tem posturas semelhantes às de Leach ao estudar a Birmânia, encarando mito e rito como formas diferentes mas equivalentes da expressão de aspectos essenciais da vida em sociedade, e ainda à perspectiva dinâmica de Geertz ao analisar Java, concebendo a permanência de ritos mesmo em sociedades em profunda transformação social onde, às vezes, os mitos correspondentes podem ter sido parcialmente esquecidos. Além disso, a questão da eficácia mágica em que ambos permitem aos vivos o acesso ao mundo dos mortos, cada um à sua maneira; assim, ritual e técnica, sagrado e profano, são dimensões complementares de um mesmo todo (e aqui reencontramos Van Gennep, Leach e Geertz). São formas de resolver, a nível do simbólico, o que é impossível na realidade, postura teórica compartilhada por antropólogos de diferentes correntes teóricas como, por exemplo, Malinowski e Lévi-Strauss, guardadas suas especificidades.

Assim, um tema tão completo e macabro, um assunto até pouco liminar em nossa sociedade, antes mesmo de assustar, fascina o leitor. Se inquisidores perseguiram aquilo que para a sociedade da época era incompreensível, hoje o leitor não quer de forma alguma destruir o que é diferente, mas sim mergulhar na mais íntima essência do mesmo, até descobrir que há entre leprosos, bruxos e nós mesmos, judeus ou não, algo em comum.

Carolina Moreira Marques
(Graduanda do Departamento de Ciências Sociais – USP)

* * *